

O "rentismo" e a léxis de *O Capital*

Eleutério F. S. Prado

Professor Titular do Departamento de Economia
Universidade de São Paulo (USP)

O “rentismo” e a léxis de *O Capital*

Resumo: O presente artigo tem como base um comentário acerca das discussões propostas por François Chesnais acerca do capital financeiro em sua obra *Finance capital today* (2016). Embora seja um importante estudo acerca da fase atual do capitalismo bebendo de uma tradição marxista, o que se procura demonstrar no presente artigo é que o objeto de análise de Chesnais acabou se aproximando mais de Keynes do que de Marx, fugindo da léxis específica de *O Capital* e colocando-se em contradição com algumas das premissas da obra clássica do filósofo alemão.

Palavras-chave: 1. O Capital; 2. Marxismo; 3. Capitalismo rentista

The “rent-seeking” and the lexis of Capital

Abstract: The following paper has as its base a commentary around the discussions launched by François Chesnais about the finance capital in its book *Finance Capital Today* (2016). Although it is an important study about the current stage of capitalism, involved in a Marxist tradition, what really shows off in this paper is that the object of analysis for Chesnais is somewhat closer to Keynes than it is to Marx, escaping itself from the specific lexis of *Das Kapital*, creating a contradiction with some of the most basic premises of the classical study of Marx.

Keywords: 1. Das Kapital; 2. Marxism; 3. Rentier Capitalism

Faz-se nesta nota um comentário sobre um ponto bem específico contido no livro mais recente de François Chesnais, *Finance capital today* (2016). Como fica evidente já pelo título, esse autor pretende atualizar, com certa originalidade e cem anos depois, a tese de Rudolf Hilferding – e de Vladimir Lenin – sobre o caráter do capitalismo na era do imperialismo. Nesse sentido, é evidente, ele encontra – assim como os outros seguidores menos famosos – a base teórica de seu esforço crítico nas obras que compõe a crítica da economia política feita por Marx, em especial, no livro *O capital*.

Segundo este autor, o capitalismo como ordem mundial recém completada está em crise. E esta vem a ser, para ele, uma “crise do capitalismo *tout court* em um dado momento de sua história”, o qual “tem como características centrais a globalização, isto é, a conclusão do mercado mundial, e a financeirização”. Trata-se, ademais, ainda segundo ele, de uma crise de superacumulação e de superprodução agravada pela queda da taxa de lucro” (CHESNAIS, 2016, p. 1-2). Ora, esses elementos não deixam qualquer dúvida: Chesnais se esforça, sim, para pertencer à tradição da apresentação do capital e da crítica da economia política que vem de Marx. A condição de marxista, portanto, não lhe pode ser negada.

Para compreender o capitalismo contemporâneo nas duas dimensões já assinaladas, distingue o capital financeiro do capital de finanças. Pelo primeiro, entende o “entrelaçado dos bancos internacionais altamente concentrados com as corporações transnacionais, sejam elas industriais, de serviços ou comerciais”. Por capital de finanças¹ ou simplesmente por finança, compreende o “crescimento espetacular dos ativos (títulos, ações, derivativos) mantidos

¹ O autor da presente nota já empregou o termo ‘capital financeiro’ para falar do ‘capital de finanças’. Não se trata de um erro, mas – considera-se agora – esse uso leva à confusão já que Hilferding, como bem se sabe, consagrou o uso desse termo num sentido semelhante àquele empregado por Chesnais.

pelas corporações de finanças (grandes bancos e fundos), assim como, também, pelos departamentos financeiros das empresas transnacionais” (Ibid., 2016, p. 1).

Agora, é preciso ficar claro que essas duas noções pertencem ao nível da compreensão do sistema mundial tal como existe atualmente e que, por isso mesmo, não aparecem na *léxis* original de *O capital*. Pois, essa obra, como se sabe, trata apenas das determinações mais gerais do modo de produção capitalista. Entretanto, tornaram-se necessárias para compreender o capitalismo contemporâneo em que já se realizou plenamente a tendência que Marx apreendera ainda no século XIX como processo de socialização do capital.

Eis o que diz Marx em *O Capital*: com a criação das sociedades por ações, as “empresas se apresentam como empresas sociais em oposição as empresas privadas. É a suprassunção do capital como propriedade privada dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista” (MARX, 2017, p. 494). Ora, as formas coletivas de propriedade do capital se encontram atualmente muito mais desenvolvidas, quantitativa e qualitativamente, do que em seu tempo. Não só o capital acionário se tornou a forma dominante do grande capital industrial, mas também se difundiram vários tipos de fundos de ações e de títulos, privados ou públicos, os quais formam o que Chesnais chamou apropriadamente de capitais de finanças.

Em consequência, ganhou enorme importância para entender o capitalismo contemporâneo a compreensão do fenômeno que vem sendo denominado de processo de financeirização. Este é usualmente entendido como uma transformação sistêmica em que os mercados financeiros, as metas financeiras, os poderes financeiros ganham crescente importância na condução do sistema econômico. Mas, ao apresentá-lo assim, tem-se uma mera descrição.

Chesnais, entretanto, procura uma fundamentação teórica para melhor compreendê-la. E ele a encontra em categorias do Livro III de *O Capital*. Para ele, a financeirização se apresenta como uma hegemonia do capital de empréstimo, do capital portador de juros em expansão no interior dos mercados financeiros: eis que “ele se encontra aí atrelado a valores mobiliários representativos de direitos de extração de renda”, os quais parecem crescer de forma autônoma. Porém, como “dependem do mais-valor atualmente gerado,

assim como do mais-valor que será gerado do futuro” na esfera do capital industrial, são na verdade “capitais fictícios” (CHESNAIS, 2017, p. 13).

Mediante a financeirização aprofunda-se a separação formal do capital como propriedade do capital como função, o que reforça o poder instituído que permeia as relações sociais do capitalismo. Se o capital industrial subordina a força de trabalho no nível da produção de mercadorias reais, com a financeirização, ele próprio fica subordinado ao capital de financiamento, cujos suportes são as mercadorias fictícias (títulos, ações, etc.). A finalidade precípua dessa dupla estrutura de dominação é incrementar a eficácia e a eficiência da exploração.

Porém, apesar de sua pretensão evidente de se manter fiel aos escritos de Marx, Chesnais considera que não pode escusar o emprego da expressão “capital rentista”. Pois, com a financeirização, ocorre a sua plethora e, assim, a sua desmedida. Ora, ao proceder assim, ele costura acriticamente esse termo na ordem categorial de exposição de *O Capital*. Esta, com bem se sabe, quando chega ao Livro III, tendo já por referência o processo global da produção capitalista, abriga apenas as categorias de capital industrial, capital comercial, capital bancário, capital portador de juros e capital fictício no escopo das formas de existência do capital. Eis o que diz:

“O termo ‘capital rentista’ é considerado por muitos como politicamente pesado, devendo, por isso, ser evitado. Porém, nenhuma análise dos fundamentos do capital social e da dominação política, doméstica ou internacional, nas perspectivas marxiana, clássica (economia não vulgar) ou das teorizações de Kalecki, pode dispensar esse termo. Eis que a noção é central às dimensões social, política e econômica específicas das teorias marxista e de Hobson do imperialismo” (Ibid., 2016, p. 9).

Ademais, para justificar o emprego dessa expressão, ele recorre a Joan Robinson que, como se sabe, é autora fundadora, junto com outros economistas de esquerda, da corrente de pensamento econômico que se considera pós-keynesiana. Ela fornece uma definição desse termo e este, como não poderia deixar de ser, pretende apreender algo que ocorre na esfera da circulação do capital. O rentismo enquanto tal, nessa perspectiva, afigura-se como fenômeno

inerente ao modo de apropriação da renda por parte de certa camada social – camada esta que fica definida por se encontrar “fora” da esfera da produção.²

“Usamos o termo rentista num sentido estendido, para pensar os capitalistas enquanto proprietários de riqueza, em oposição aos capitalistas enquanto empreendedores. Incluímos nas rendas dos rentistas os dividendos, os recebimentos de juros, assim como as somas que os empreendedores levam para casa e que são geradas em seus próprios negócios” (apud CHESNAIS, 2017, p. 9).

Havendo mostrado o nó conceitual que se encontra no livro de Chesnais, trata-se agora de descobrir o fio que permite desatá-lo.

Como já ficou implícito no exposto, o termo léxis está sendo empregado aqui para indicar a ordem das categorias numa exposição que visa abarcar certa totalidade. Segundo Benoit, que o empregou nesse sentido, ele faz referência ao modo rigoroso de concatenação das categorias, o qual caracteriza a temporalidade conceitual da obra filosófica na matriz da dialética (BENOIT, 2015, p. 174-175). Assim, não se teria numa obra como *O Capital* – ou como a *Fenomenologia do Espírito* de Hegel – um mero arranjo de noções, uma sequência relativamente arbitrária de categorias, as quais poderiam ser reordenadas de alguma outra maneira. Ao contrário, nessas obras, todas as figuras, e mesmo a primeira que dá início à exposição, encontram-se articuladas entre si dialeticamente, isto é, por uma lógica que ordena e concatena todas as categorias por meio do operador posição/pressuposição. Logo, não se pode introduzir arbitrariamente uma nova noção nessa ordem apenas porque ela parece ser descritiva ou politicamente interessante.

O Capital, como se sabe, inicia-se pela apresentação da mercadoria e se desenvolve daí, pouco a pouco e por meio de cerca de três mil páginas, para

² Note-se que Robinson toma a economia política como um mero ramo da ciência positiva. Ela, tal como Keynes – e isto ficará claro adiante –, pensa a produção como produção de bens, algo que pode ser descrito por meio de uma função de produção em que o único fator de produção é o trabalho. E “bem” é sinônimo de “valor de uso”, não de mercadoria que é a unidade contraditória de valor de uso e valor.

chegar a exposição do capital como conceito.³ Ora, a mercadoria tal como aparece no primeiro parágrafo dessa obra já pressupõe o dinheiro; por isso, o dinheiro surge no curso da exposição por meio do desenvolvimento da categoria mercadoria. O dinheiro, por sua vez, pressupõe o capital; assim, no curso subsequente da exposição, o capital é posto como consequência do desenvolvimento da categoria dinheiro. E assim por diante. Na verdade, todas as categorias mais complexas que aparecem sucessivamente nos três volumes dessa obra estão já pressupostas na categoria mais simples, no caso, a mercadoria. Pois, a mercadoria é a forma primeira ou elementar da riqueza capitalista, do capital como formador de uma totalidade que cumpre apresentar. E ele não é simples, mas multiforme; de fato, sob formas diversas, é o sujeito (automático) do sistema complexo em processo de devir que Marx denomina modo de produção capitalista.

Havendo encontrado o fio que perpassa a lógica de *O capital*, agora se trata de desmanchar o nó que Chesnais apronta ao tentar costurar nela uma noção que pertence atualmente ao léxico keynesiano. Para tanto é preciso revisitar certos pontos da obra de John M. Keynes. Pois, como se sabe, esse último autor já havia feito uso da distinção que aparece na citação de Robinson.

Antes disso, porém, é preciso lembrar que a noção de "rentismo" originou-se já na economia política clássica, precisamente na obra de David Ricardo (mas também na de Adam Smith). A tese da qual se origina considera, primeiro, que o trabalho concreto, tal como pode ser visto empiricamente, é a única fonte do valor não só na sociedade atual, mas em toda a história da humanidade. E que, portanto, todo rendimento provindo da mera propriedade consiste em apropriação do valor produzido pelos trabalhadores em geral na esfera da produção. Em consequência, tomando o capitalismo do começo do século XIX como referência, a renda da terra passou a ser considerada uma extração feita por um agente "externo", que não contribui para o processo produtivo. Nessa perspectiva, agora no começo do século XX, a renda da terra e o juro, ainda que

³ Para Hegel, como se sabe, o conceito não é nem o abstrato por excelência nem uma mera ferramenta do pensamento. É, ao contrário, o princípio do real, mas de modo diverso daquele de Aristóteles. No *Prólogo da Fenomenologia do Espírito* está escrito: "o conceito é o próprio si mesmo do objeto, representado em seu devir; nesse sentido, não é algo quieto que dá suporte imóvel aos acidentes, mas sim o que se move e o que repõe por si mesmo as suas determinações".

providos de fontes diversas, puderam ser tomados como semelhantes entre si e, assim, apreendidos por meio de uma noção específica de “renda”. Tais agentes externos são então tomados, em conjunto, como rentistas.

Keynes pertence a essa tradição mesmo se se afasta da economia política clássica em vários pontos.⁴ Ele compreende a geração da riqueza capitalista como produção de bens – não propriamente de mercadorias –, os quais ganham preços nos mercados, obtendo assim uma dimensão monetária. Como se sabe, ele entende o valor de cada bem apreçado como algo que é gerado pelo trabalho, compreendido este, obviamente, como diretamente mensurável pelo tempo de trabalho médio gasto em sua produção: “eu simpatizo” – diz – “com a doutrina pré-clássica⁵ de que tudo é produzido pelo trabalho”. Mas o trabalho – deve-se notar – não é aqui trabalho abstrato que forma o valor da mercadoria, isto é, algo que é produzido apenas pela sociabilidade da relação de capital, mas trabalho concreto, trabalho natural que produz bens dentro e fora do capitalismo.

Ademais, para ele, todo e qualquer trabalho que atua na produção bens é produtivo: eis que “é preferível considerar o trabalho, incluindo, naturalmente, os serviços pessoais do empresário e seus colaboradores, como o único fator da produção, operando dentro de um ambiente de técnica, recursos naturais, equipamentos de capital e procura efetiva”. Em consequência, para ele, o capital não é responsável pela criação de valor, não é produtivo, mesmo se é também fator de produção: eis que “é preferível dizer do capital que ele tem um rendimento no curso de sua vida em excesso ao seu custo original” e que tal “perspectiva de rendimento” existe “porque ele é escasso” (KEYNES, 1983, p. 151).

Ora, há notoriamente capital e capitalistas dentro e fora da esfera da produção mercantil. No capitalismo real, há a esfera da produção mercantil, há a esfera da comercialização de mercadorias, mas há também a esfera das

⁴ Segundo Sotiropoulos, Milios e Lapatsioras, a teoria de Keynes, pelo menos no aspecto aqui discutido, está inspirada na teoria do valor de David Ricardo (2013, p. 19-22). Sabe-se, porém, que a base mais importante de sua teorização vem de Alfred Marshall, um dos pais da teoria neoclássica.

⁵ O que Keynes denomina aqui de “pré-clássicos” são os economistas clássicos, Smith e Ricardo especialmente. Como se sabe, Keynes chama de clássicos os economistas neoclássicos.

finanças em que circulam mercadorias *sui generis*, isto é, o capital como mercadoria. E essas distinções, cuja articulação requereu um esforço enorme da teoria rigorosa, não são estranhas ao observador comum.

Keynes faz, meramente a partir da aparência, uma distinção entre capitalistas ativos e passivos. Os primeiros, que atuam na produção e na comercialização de bens, são importantes porque contribuem para eficiência e a eficácia da produção; já os segundos apenas são úteis quando atuam no financiamento da produção. A existência dos segundos, no entanto, apenas está justificada historicamente enquanto houver escassez de capital. Tornam-se, porém, perniciosos quando atuam meramente como especuladores, como agentes que querem ganhar dinheiro atuando nos mercados de capitais, sem se comprometerem com as atividades de produção. Aqueles que trabalham na produção de bens são capitalistas empreendedores, já aqueles que atuam como meros proprietários de capitais são, para ele, capitalistas rentistas.

Pensando desse modo, ele indicou em sua *Teoria Geral* que aspirava pela “eutanasia do rentista”, isto é, pelo passamento do “investidor sem função”, do capitalista passivo, do proprietário ausente na esfera da produção. Como economista dentro da tradição de Alfred Marshall, ele achava que o ganho desse capitalista de pouco respeito advinha apenas de sua capacidade de “explorar o valor de escassez do capital”. Assim, “o detentor do capital pode obter juros porque o capital é escasso, assim como o dono da terra pode obter uma renda porque a terra é escassa” (Ibid., 1983, p. 255). Desse modo, ele admite a existência de uma camada social formada por rentistas, incluindo nela todos aqueles que recebem de modo importante juros, dividendos, renda da terra⁶, etc. sem participarem diretamente da produção.

Já em Marx, as formas típicas dos ganhos são pensadas por referência à produção de capital, mas considerando a mediação da circulação de capital. A produção, portanto, é produção de mercadoria como forma de capital e a circulação mercantil é circulação de capital. O valor é criado na produção pela redução do trabalho concreto ao trabalho abstrato, o qual, enquanto tal, não pode ser considerado como empiricamente mensurável; ademais, como bem se

⁶ O proprietário de terra que recebe renda fundiária é evidentemente um rentista. Nesse sentido estrito, o termo não ofende a exposição de Marx.

sabe, o valor implícito na mercadoria encontra-se medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário, sem que os agentes da produção possam calculá-lo diretamente. Entretanto, como o valor da mercadoria se expressa pelo menos de modo ideal por meio do dinheiro-ouro, assim e apenas assim ele aparece e se torna mensurável. Apenas o trabalho que diretamente produz mercadoria e gera mais-valor é produtivo no capitalismo. Assim, o que define o trabalho produtivo é a posição do trabalho na relação de capital e não meramente se ele está presente na esfera da produção. Por meio dessa compreensão, como os gerentes da produção, assim como os administradores de empresa em geral, figuram como suportes da relação de capital, eles não criam valor mesmo se se apresentam como assalariados – ao contrário, extraem parte do valor gerado pelos trabalhadores produtivos.

A léxis de *O capital* é clara. Na esfera do capital industrial é gerada, por meio da produção de mercadorias, a massa global de mais-valor e esta é apropriada de vários modos na esfera da circulação dependendo da atuação específica dos vários tipos de capital e da terra no próprio modo de produção. O Livro I de *O capital* trata da produção do capital e o Livro II volta-se para a circulação do capital. Apenas o capital industrial é tratado nesses dois primeiros. É apenas no Livro III que Marx vai tratar das diferentes formas de apropriação da massa global de mais-valor gerada no âmbito do capital industrial. Assim, ele apresenta primeiro a forma específica de apropriação do mais-valor como lucro pelo próprio capital industrial, agora não como capital em geral, mas como uma pluralidade de capitais particulares em processo de concorrência. Em sequência, mostra a forma específica de apropriação do capital comercial e do capital portador de juros. Explica, então, a forma “capital fictício”, mostrando que esta não atua diretamente na produção de valor e de mais-valor, mas representa simplesmente expectativas de valorização que estão representadas por “papéis” sem qualquer valor intrínseco. Finalmente, mostra como se dá a transformação do lucro em renda fundiária⁷.

⁷ Note-se que, para Marx, nem mesmo a renda da terra pode ser considerada como uma forma meramente parasitária. Pois, a sua existência decorre da necessidade da monopolização da terra na forma da propriedade privada, sem a qual o modo de produção capitalista não poderia existir. Só emprega esse termo para se referir a especulação fraudulenta.

É importante notar que todas essas formas sociais são internas ao modo de produção capitalista. Mais do que isso, elas são necessárias e funcionais para a sua existência concreta. Fazem parte da totalidade constituída pela relação de capital e, por isso, existem em função dela. Ademais, nessa perspectiva, não se pode fundir o juro com a renda da terra para criar uma nova categoria já que o primeiro resulta da relação de capital-dinheiro e o segundo advém da relação de propriedade fundiária. A primeira é principalmente (mas não só) uma relação entre o capital monetário e o capital industrial e a segunda é uma relação entre o capital funcionante e a propriedade da terra.

Marx, em *O Capital*, diz que “o valor e o mais-valor incorporados nas mercadorias hão de realizar-se apenas no processo da circulação”. Mas tal conexão da produção e da circulação – ele já tinha clareza sobre isso – costuma ser suprimida no discurso dos economistas que se contentam em pensar a partir da aparência, isto é, eles privilegiam a circulação. Em consequência, diz ele, o valor e o mais-valor – assim como as formas mediante as quais eles aparecem efetivamente na circulação – “parecem não só se realizar na circulação, mas [parecem mesmo] surgir dela” (MARX, 2017, p. 890). O autor da *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*, entretanto, vai um pouco mais longe em relação ao paradigma da economia vulgar.

É bem evidente que Keynes, partindo de uma versão naturalista do valor-trabalho, pensa que este é sempre incorporado aos bens na esfera da produção; se os bens são produzidos numa economia monetária de produção, os seus valores-trabalho ganham expressão nos mercados por meio dos preços. Concebe que existem dois tipos básicos de capitalistas e se concentra na repartição do valor monetário dos bens comercializados para explicar como eles são remunerados. Faz diferença entre os donos de capital (ou seja, de máquinas, equipamentos, instalações, etc.) que recebem lucros e os donos do capital (ou seja, ações, títulos, etc.) que ganham juros, dividendos ou valorização nominal. À medida em que eles se apropriam de parte da renda gerada como proprietários – e não como participantes diretos das atividades produtivas –, juntam-se aos proprietários de terra para formar a camada dos rentistas.

Não se acha e não se pode achar, portanto, em Marx aquilo a que se refere Chesnais como “capital rentista”. Eis que ela pressupõe uma separação abstrata dos circuitos do capital funcionante e do capital de empréstimo, os quais estão

entrelaçados na dinâmica do capital em geral. O “capital rentista” é, pois, uma forma de capital que só pode existir no mundo imaginário⁸ que Keynes e Robinson chamam de “economia monetária de produção de bens” – mas não no modo de produção capitalista.

Fica, assim, provado que Chesnais, assim como muitos outros marxistas, contrabandeiam equivocadamente essa falsa categoria para o interior do discurso rigoroso de Marx. E, ao fazê-lo, praticam fragrantemente uma violação da léxis de *O Capital*. Abrem espaço, assim, para certas ilusões reformistas, as quais julgam possível recriar institucionalmente um capitalismo mais saudável no ocaso do capitalismo realmente existente. Em tal lugar apenas imaginado pelos keynesianos mais fiéis ao mestre, sonhado também por certo marxismo vulgar, os “capitalistas rentistas” deixariam de ser relevantes ou mesmo tenderiam a desaparecer. A hegemonia das finanças, assim, desapareceria no ar.

Referências bibliográficas

- BENOIT, Hector. *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*. São Paulo: Annablume, 2015.
- CHESNAIS, François. *Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump*. Leiden/Boston: Brill, 2016.
- KEYNES, John M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da economia política*. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SOTIROPOULOS, Dimitris P.; Milios, John; Lapatsioras, Spyros. *A political economy of contemporary capitalism and its crisis: demystifying finance*. New York/Abington: Routledge, 2013.

⁸ Keynes, mesmo se é mais realista do que os neoclássicos, por exemplo, da variante walrasiana, também pensa no plano da representação, da imaginação explanatória, do entendimento e, por isso, é capaz de pensar economias mercantis generalizadas sem e com dinheiro!